



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 331ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 17 de junho de 2015.

Realizou-se no dia 17 de junho de 2015, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 331ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros **Dimitri Auad**, **Milton Sussumu Nomura**, **Ulysses Bottino Peres**, **Mauro Frederico Wilken**, **Marcelo Pereira Manara**, **Marco Antonio Barbieri**, **Andre Graziano**, **Jaelson Ferreira Neris**, **Heloísa Candia Hollnagel**, **Modesto Salvatto Filho**, **Flávio Antas Corrêa**, **Mônica Ferreira do Amaral Porto**, **José Eduardo Ismael Lutti**, **Eduardo Trani**, **Tatiana Barreto Serra**, **Thaís Maria Leonel do Carmo**, **Amauri Gavião Almeida Marques da Silva**, **Roberto Lucca Molin**, **Regina Marcela Baccarat Teixeira Palermo**, **Ricardo Anderaos**, **Isabel Fonseca Barcellos**, **Marisa de Oliveira Guimarães**, **Rodrigo Levkovicz**, **José Luiz Fontes**, **Rubens Beçak**, **Lídia Helena Ferreira da Costa Passos**, **Ana Cristina Pasini da Costa**, **Benedito Mascarenhas Louzeiro**, **Gerson Araújo de Medeiros**, **Francisco Roberto Arantes Filho**, **Luís Sérgio Osório Valentim**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel**, **Sérgio Meirelles Carvalho**, **Roberto Ulisses Resende**, e o **Secretário-Executivo**, **Germano Seara Filho**, presidente do CONSEMA em exercício. Constavam do Expediente Preliminar: 1. Comunicações da presidência e da secretaria-executiva; 2. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. Apreciação do EIA/RIMA das “Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos-CGR Araçatuba”, de responsabilidade de CGR Guatapará-Central de Gerenciamento de Resíduos Ltda., em Araçatuba (Proc. 067/2011); 2. Apresentação do Relatório Anual da Qualidade Ambiental 2015. Abertos os trabalhos, o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, saudou os conselheiros e todos os presentes, e informou que, embora a presença da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Patrícia Faga Iglesias Lemos**, estivesse confirmada, ele teve de ir ao Palácio dos Bandeirantes para atender chamado do **Governador Geraldo Alckmin**. Como a Secretaria-Adjunta, sua substituta natural, também assumira compromisso que a impedira de comparecer, e a lei determina que, nestes casos, a presidência seja exercida pelo secretário-executivo, a Secretária Patrícia Iglesias lhe pediu para presidir os trabalhos, até que ela própria consiga retornar. Informou então que havia novos conselheiros governamentais designados por decreto do Governador, a saber, **Mônica Ferreira do Amaral Porto**, como titular, e seu suplente, **Joaldir Reynaldo Machado**, para complementarem os mandatos de Américo de Oliveira Sampaio e Mirian Moreira Bocchiglieri, na qualidade de representantes da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. O Presidente em exercício, **Germano Seara Filho**, os declarou, então, empossados e lhes deu as boas vindas. Passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. O conselheiro **José Eduardo Ismael Lutti**, alegando que esta era uma parte de assunto que remanesceu da última reunião, propôs inversão da pauta, a fim de que a apreciação do RQA 2015 fosse logo completada, ou seja, que a apresentação do Relatório Anual da Qualidade Ambiental 2015 (RQA 2015) passasse a ocupar o primeiro lugar da pauta. O pleito foi acolhido de pronto pelo Presidente do CONSEMA em Exercício. Continuando o Expediente Preliminar, o conselheiro **Marcelo Pereira Manara** deu boas-vindas à representante da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, conselheira Mônica Porto, e observou ter sido debatida a transposição do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira nas quatro primeiras das seis audiências públicas promovidas pelo CONSEMA no início do mês de junho. Enfatizou que se tratou ali de temas complexos, e importantes, que deram lugar a debates intensos sobre segurança hídrica, capitaneados com muita



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

competência pela Secretária Mônica Porto, a quem elogiou. Parabenizou também a “condução exemplar e democrática” do Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, que “mais uma vez se fez notar pela excelência e fluidez da dinâmica da audiência pública”. Agradeceu, com a mesma deferência, as gestões da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Patrícia Iglesias, para que a Secretaria de Recursos Hídricos fizesse durante as citadas audiências uma exposição sobre o enfrentamento da crise hídrica no interior, sobretudo no que diz respeito à bacia do Paraíba do Sul. Acrescentou que o tema tratado nessas audiências é de grande interesse das regiões metropolitanas de grande complexidade. Referiu-se ao agonizante estado em que se encontra o Rio Paraíba do Sul, tanto em qualidade como em quantidade de água. Reiterou informação dada durante a audiência pública realizada na cidade de São José dos Campos, segundo a qual o tema “segurança hídrica” se faz presente em mais de 70% das questões trazidas pela população do Vale do Paraíba, razão pela qual solicitava que se realize audiência pública específica sobre essa temática, a segurança hídrica do Paraíba do Sul, até mesmo porque as respostas formuladas pela Secretaria-Adjunta de Saneamento e Recursos Hídricos “ainda não satisfazem a população”. E reiterou o pedido de que também se façam mais três audiências públicas sobre o EIA/RIMA da transposição, em Redenção da Serra, Taubaté e Guaratinguetá. Enfatizou que, em relação a esse EIA/RIMA, a Área de Influência do Empreendimento foi mal dimensionada pela equipe técnica que elaborou o Estudo, tornando-se, assim, insuficiente para sua finalidade. Lembrou, nesse contexto, a dramática situação de Redenção da Serra, oportunidade em que reforçou a necessidade de que as solicitações e questões formuladas pela sociedade civil e comunidade em geral sejam respondidas. Ao final, lembrou que no início desta tarde será realizada a reunião do Grupo de Trabalho criado para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira, do qual faz parte. O conselheiro **Milton Sussumo Nomura** saudou e deu boas vindas à conselheira Mônica Porto, “que muito agregará ao CONSEMA”. Referiu-se à pauta, que qualificou de muito extensa, preocupante e polêmica. Saudou o Prefeito do Município de Guararapes e registrou a presença do Presidente da Federação dos Trabalhadores e de todos os representantes da região de Araçatuba. Ressaltou a importância do Conselho e, especialmente, de suas decisões, que devem estar apoiadas em uma relativa segurança. Relatou que tem discutido um pouco a implantação do CGR-Araçatuba, e que, assim como outros conselheiros, não se sente suficientemente seguro para tomar qualquer decisão neste momento, motivo porque solicitava, não só a inversão da pauta, mas a retirada dela da apreciação do EIA/RIMA do CGR-Araçatuba, e seu consequente adiamento. Solicitou ao Presidente do Conselho em Exercício que fosse concedido fazer uso da palavra a dois representantes da região, Ednilson de Almeida, Prefeito do Município de Guararapes, e Zeide Furtado, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Alta Noroeste e membro do Comitê de Bacias Hidrográficas do Baixo Tietê, para manifestarem suas preocupações, ofertando, assim, sustentação ao pedido de adiamento. O **Presidente do Conselho em Exercício**, Germano Seara Filho, declarou que o Regimento Interno do CONSEMA prevê, de fato, que a discussão de matéria pautada possa ser adiada por deliberação do Plenário, e nova data para sua apreciação, marcada. Informou que, quando se ingressasse na Ordem do Dia, e no momento oportuno, o pedido do conselheiro seria apreciado. O conselheiro **Jaelson Ferreira Neris** inicialmente deu boas-vindas a conselheira Mônica Porto que, pontuou, agrega e muito ao CONSEMA. Lembrou que na plenária anterior havia feito solicitações às quais até agora não foi dada nenhuma resposta. Uma delas dizia respeito aos **ad-nutum** e ao pagamento do PPR aos funcionários da CETESB que prestam serviços na SMA, e declarou que aproveitava a ocasião desta plenária para reiterar tais pedidos e obter informação e esclarecimentos sobre as medidas que foram adotadas. Passou a tecer comentários sobre a campanha salarial que acaba de acontecer na CETESB, que deu lugar, segundo suas palavras, a um acordo “fechado em mesa”, embora tenha ocorrido um dia de greve. Observou que, no entendimento do sindicato que representa, a negociação deu lugar a um bom



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

acordo, pois obteve-se o mesmo patamar conseguido por algumas empresas do Estado de São Paulo, 8,29% para o salário e 10% para o Vale Alimentação e o Vale Refeição, tendo-se mantido as cláusulas do contrato do acordo coletivo do ano anterior e a estabilidade de 96% dos funcionários. Observou que, muito embora tenha havido manutenção de alguns aspectos e alguns avanços na questão trabalhista, no que concerne ao Plano de Carreira – que constitui uma ferramenta de gestão para que os funcionários possam evoluir de forma justa –, preocupava-se com o fato de não ter sido paga, desde outubro de 2014, a quantia devida àqueles trabalhadores que participaram de processos de seleção interna. O **conselheiro** reconheceu ser esta uma boa oportunidade para a Secretária Patrícia Iglecias estabelecer interlocução com o Governo do Estado para que não se repita a experiência anterior, ou seja, de se deixar de pagar os funcionários que prestaram a prova e se disponibilizaram a realizar a prova, e que, ansiosamente, esperam ser resarcidos. Declarou que sua intenção é sensibilizar a Secretaria a interceder em favor tanto dos funcionários que estão afastados da CETESB e trabalham na SMA como daqueles que se submeteram às etapas previstas pelo Plano de Carreira. O **Presidente do CONSEMA em Exercício, Germano Seara Filho**, informou que os pedidos formulados, seja pelo conselheiro Marcelo Manara seja pelo conselheiro Jaelson Ferreira Neris, serão repassados às instâncias competentes. E declarou que se passava à Ordem do Dia, começando-se pela Apresentação do Relatório Anual da Qualidade Ambiental 2015, conforme inversão da pauta solicitada pelo conselheiro Lutti e acolhida pela presidência. O conselheiro e coordenador da CPLA, **Eduardo Trani**, tendo enaltecido a importância desse momento, no qual o Conselho tinha a relevante tarefa de apreciar e aprovar o Relatório Anual da Qualidade Ambiental 2015, escusou-se perante os demais conselheiros porque, embora o Relatório já fosse conhecido de todos, não fora possível fazer tal apresentação na última reunião plenária. Enfatizou destarte a importância de debruçar-se o Conselho sobre os dados constantes do relatório, instrumento que busca acompanhar a evolução da qualidade ambiental no Estado de São Paulo, fornecendo subsídios para que, nas tomadas de decisão do Governo, juntamente com a sociedade civil, sejam elaboradas novas políticas ambientais, ao mesmo tempo em que se confira maior e melhor transparência às informações a todos disponibilizadas. Noticiou que o relatório já se encontra acessível no sítio eletrônico da Secretaria do Meio Ambiente, e que também o será na versão impressa, dentro de cerca de dois meses. Discorreu sobre o notável papel que assumiu este documento, desde sua criação pela Lei Estadual nº 9.509/1997, e, em tom confessional, falou de sua alegria por voltar ao Colegiado para apresentá-lo dezoito anos após a elaboração do primeiro relatório, também produzido por sua equipe. Enfatizou a propósito os avanços que o diagnóstico registrou ao longo de todo este período, fato testemunhado pelo grande número de indicadores hoje adotados, que certamente servirão de base para elaboração e implementação de políticas públicas importantes para o Estado. Ponderou que aquela era por excelência a ocasião de, sem olvidar da importância da análise dos estudos de impacto ambiental e outros assuntos pontuais, analisar temas de maior abrangência. Informou tratar-se o RQA de documento de 275 páginas que considera 79 indicadores. Ele contém três grandes blocos: uma introdução, a caracterização e a divisão geográfica do Estado de São Paulo, e o diagnóstico ambiental do Estado de São Paulo propriamente dito, o qual, sem ser um diagnóstico interpretativo, limita-se a relatar os dados e apresentar a série histórica, elemento fundamental na avaliação das políticas ambientais vigentes. Esclareceu que a caracterização e divisão geográfica do Estado de São Paulo abrange, de um lado, a caracterização das bacias hidrográficas e, de outro, a caracterização das dinâmicas territoriais, esta englobando a dinâmica demográfica e social, com sete indicadores; a dinâmica econômica, com nove importantes indicadores; a dinâmica de uso e ocupação do solo, com dois indicadores; e, por fim, a dinâmica socioambiental, com seis indicadores. Os temas pelos quais se espalha o diagnóstico ambiental, acrescentou, abrangem recursos hídricos, com nove indicadores; recursos pesqueiros, com 2 indicadores; saneamento ambiental, com seis indicadores; solo, com nove indicadores;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

biodiversidade, com dez indicadores; qualidade do ar, com cinco indicadores; mudanças climáticas, com seis indicadores; e saúde e meio ambiente, com oito indicadores, totalizando os anteriormente aludidos 79 indicadores, sobre os quais, ponderou, não adentraria nos detalhes, sob pena de não concluir sua apresentação ainda nesta reunião. Passou a apresentar uma síntese dos resultados, pontuando inicialmente que os estudos do Plano Estadual de Recursos Hídricos adotam a divisão em vinte e duas bacias hidrográficas como unidades de planejamento, e uma subdivisão que considera a vocação de desenvolvimento de cada uma das grandes regiões – a Região Oeste denotando vocação agropecuária, a Nordeste sinalizando vocação industrial, a região sob influência do Alto Tietê e do Paraíba do Sul caracteristicamente industrial, e a região do Alto Paranapanema e Litoral Norte de perfil vocacionado à conservação. Sobre a dinâmica demográfica e social do Estado, observou que já na última década houve notável queda nas taxas de crescimento populacional, tendência esta acentuada nos últimos quatro anos, de acordo com dados da Fundação SEADE, assinalando que as maiores densidades concentram-se entre as regiões do Alto Tietê, do PCJ e do Litoral Norte, e de Sorocaba. Comentou que nas últimas gestões, especialmente na última gestão, que tem à frente o Governador Geraldo Alckmin, avançou-se muito no Estado naquilo que atina ao incremento da questão das regiões metropolitanas. Além da Região Metropolitana de São Paulo, temos hoje também regiões metropolitanas em Campinas e na Baixada Santista, e mais recentemente, as regiões metropolitanas do Vale do Paraíba e de Sorocaba, a última a ser instituída. Existem hoje, portanto, cinco regiões metropolitanas no Estado, duas aglomerações urbanas e uma microrregião, denominada Bragantina, de cujo somatório resulta a chamada macrorregião paulista, onde se concentram 75% da população paulista, e 83% do PIB do Estado de São Paulo. Todos os grandes problemas urbanos – favelamento, ocupação irregular, déficit habitacional, risco urbano – concentram-se majoritariamente nessas regiões. Citou o índice paulista de responsabilidade social – IPRS, parâmetro sintético elaborado pelo SEADE e lançado pela Assembleia Legislativa no ano de 2002, que considera riqueza, longevidade e saúde da população, evidenciando a presença das populações mais pobres do Estado nas regiões do Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Região do Alto Paranapanema e em algumas regiões ao longo do Rio Paraná. Sobre os indicadores da dinâmica econômica, ressaltou que o PIB atual do Estado, da monta de 1,41 trilhão, segundo dados de 2014, representa cerca de 35% do PIB brasileiro, e registra, em tempos recentes, sensível tendência de queda. Concentra-se esse PIB, sobretudo, na área de serviços, com 73,1%, seguido pela indústria, com 25,0%, e agropecuária, com minoritários 1,9%. Informou que cerca de 45% do consumo energético é atribuído à indústria e 34% ao setor dos transportes, dos quais 29% dizem respeito ao modal rodoviário. Observou que desde o ano 2000 vem decaindo a concentração de renda no Estado, chamando a atenção para o significativo crescimento das atividades que geram empregos nos diversos flancos daquilo a que se denomina “empregos verdes”, quais sejam, entre outros, os da área de resíduos e de transportes sustentáveis, e que totalizam hoje 7% do total de empregos gerados em São Paulo. Sobre a pegada ecológica, conceito que busca determinar o *quantum* de terra é necessário à manutenção dos serviços essenciais ao homem, informou ser ela hoje estimada em 3,5ha globais *per capita* ao longo do território estadual, sendo que no Brasil é de 2,9ha globais *per capita*, e sua disponibilidade no mundo é de 1,8ha globais *per capita*. São Paulo precisa, portanto, reduzir sua pegada ecológica, sob pena de não haver recursos para todos. Em seguida, prosseguiu, o relatório condensa os principais programas através dos quais a Secretaria promove sua atuação sobre o meio ambiente, dentre os quais aqueles destinados à redução da pegada ecológica. Discorreu a propósito sobre os municípios certificados no Programa Município VerdeAzul no ano de 2014, programa que estabelece uma interlocução com os municípios para que estes, a partir de dez grandes diretrizes ambientais, se alinhem ao processo de adequação a toda a legislação ambiental em vigor. Abordou ainda, no bojo do RQA, a questão dos recursos hídricos, chamando a atenção para o aumento nos pontos de coleta de água, e ressalvando, no que tange à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

piora da qualidade dessas águas, sua estrita relação com a crise hídrica do Estado. Tratou *en passant* do tema da balneabilidade das praias e da demanda atual de água, em metros cúbicos, em relação ao total demandado pelo Estado em 2013. Discorreu sobre o indicador de coleta e tratamento de esgotos, sobre o índice de qualidade de aterros de resíduos, sobre o índice de gestão de resíduos sólidos, sobre as áreas contaminadas cadastradas no Estado de São Paulo; sobre o número de municípios afetados, conforme o tipo de desastre e o dano ambiental verificado; sobre os instrumentos de gestão de risco, segundo dados de 2014; sobre a cobertura vegetal natural por município, que totaliza no Estado 17,5%; sobre as áreas de vegetação cuja supressão foi autorizada, ao longo do período que vai de 2004 a 2013, visualizando-se queda; sobre as áreas averbadas como reserva legal e as áreas verdes no Estado, em idêntico período, que demonstram que em 2007, 2010 e 2013, a quantidade de hectares averbados foi maior do que nos outros anos, chamando atenção para a maior quantidade de hectares compromissados em 2013. Expôs ainda, no âmbito do tema da biodiversidade, números de 1998, 2010 e 2014 relacionados às espécies de vertebrados ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. Chamou a atenção também para o tema da qualidade do ar, a respeito da concentração média anual de MP₁₀ na Região Metropolitana de São Paulo entre 2005 e 2014, que tem se mantido dentro dos padrões, o que, infelizmente, não tem acontecido com relação ao ozônio. Passando ao capítulo atinente às mudanças climáticas, exibiu e interpretou índices sobre a participação renovável na matriz energética do Estado de São Paulo e sobre a intensidade de emissão de carbono, ambos coligidos no período entre 2004 a 2013. Naquilo que se refere à participação dos energéticos no consumo energético final no Estado, destacou caberem 38,07% aos derivados de petróleo, seguidos dos 23,39% atribuídos à biomassa, 22,64% à eletricidade, 6,31% ao gás natural, e 6,25% ao álcool etílico, restando apenas 3,33% às demais modalidades energéticas. Acentuou que esses indicadores, associados a outros, constituem indispensável instrumento na definição das políticas estaduais. Por fim, mencionou o último e não menos importante indicador, relativo à saúde no Estado, que traz a taxa de mortalidade infantil entre 2004 e 2013, estabilizada desde 2011 em aproximadamente onze mortes por mil habitantes. Informou ter sido apenas porta-voz de trabalho realizado por sua equipe, a quem agradeceu o devotado empenho na elaboração do relatório, e colocou-se à disposição para responder eventuais questionamentos, informando também que estes poderão ser encaminhados à Coordenadoria de Planejamento Ambiental-CPLA. Finalizou antecipando que um dos objetivos de sua gestão será, já para o próximo ano, produzir um relatório algo distinto daquele que vem sendo produzido, a partir de uma reformulação e reorganização de seu conteúdo, de modo a torná-lo cada vez mais útil, seja para as prefeituras municipais, seja para a população em geral, e consolidando o documento como repositório de dados fidedignos e apto a propiciar o realinhamento da política ambiental do Estado de São Paulo. Não tendo havido manifestações sobre o RQA, provavelmente porque ele já era do conhecimento de todos, passou-se ao segundo item da Ordem do Dia, qual seja, à apreciação do EIA/RIMA das “Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos-CGR Araçatuba”, de responsabilidade de CGR Grarapará-Central de Gerenciamento de Resíduos Ltda., em Araçatuba (Proc. 067/2011). O Presidente do CONSEMA em Exercício, **Germano Seara Filho**, lembrou ter o conselheiro **Milton Sussomo Nomura** solicitado o adiamento da apreciação do EIA/RIMA das obras suprarreferidas e que fosse concedida a palavra ao Prefeito do Município de Guararapes, Edmilson de Almeida, e à representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Noroeste para que expusessem os motivos que sustentavam seu pedido de adiamento da discussão da matéria em tela. Declarou que, em seguida, daria a palavra também à conselheira Ana Cistina Pasini da Costa, representante da CETESB no CONSEMA e diretora da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, responsável pelo licenciamento, para que se pronunciasse, antes de se colocar em votação o pedido do conselheiro Nomura. **Ednilson de Almeida**, Prefeito do Município de Guararapes, declarou sua preocupação com esse empreendimento e com as condições da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

documentação em que se apoia. Apresentou dados sobre sua localização e distância de corpos hídricos, especialmente do Córrego Frutal. Relatou as vicissitudes enfrentadas pela população, provocadas pela seca hídrica que atingiu, em cheio, o Município de Guararapes. Reiterou enfaticamente não ser contrário à implantação do empreendimento, mas, sim, às condições em que ela se dá, principalmente por ser em área que se constitui em reserva de sustentabilidade do município. Requeru com veemência a necessidade de que seja realizada audiência pública em Guararapes e que seja retirada da pauta e adiada a apreciação do referido EIA/RIMA. **Zeide Macedo**, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Alta Noroeste e membro do Comitê de Bacias Hidrográficas do Baixo Tietê, referiu-se, incialmente, ao fato de a área que faz parte do empreendimento constituir um berço de nascentes. Referiu-se também a deliberação tomada por dezessete prefeitos de que este empreendimento não seja implantado, o que levou os interessados pela obra a promover alteração na configuração da borda do aterro. Em consequência dessa alteração, argumentou, o empreendimento foi afastado 70 metros da nascente contribuinte do Córrego da Prata, principal manancial do município. Mas isto não é suficiente, declarou. E, apesar de o empreendedor afirmar no EIA/RIMA que obedecia todas as normas técnicas vigentes, essas mudanças deram lugar a um embate legal, em cujo contexto alguns posicionamentos não foram acatados pelos técnicos da CETESB, que, no entanto, reconheceram a viabilidade ambiental do empreendimento. A conselheira e Diretora da DAIA/CETESB, **Ana Cristina Pasini da Costa**, argumentou que as questões levantadas por ambos os lados possuem fundamentação técnica, ou seja, têm respostas, pois ninguém é simplesmente contrário ou favorável, mas, sim, o é por motivos técnicos. No entanto, observou, para se resolverem possíveis impasses, é necessário estar tudo suficientemente esclarecido, o que deve acontecer também em relação a este empreendimento. Há esse documento entregue agora, enquanto outros, depositados anteriormente, já tiveram suas questões atendidas. Mas, observou, nem todos os documentos foram entregues de maneira organizada, e essa ausência de organização requer minucioso exame de todas as questões contempladas. Por isto, acrescentou que não se opõe a que se proceda a nova avaliação e se volte ao processo, para examinar se todas as questões foram contempladas, e isto sem se perder de vista que, a esta altura, não só o EIA/RIMA inicial está sendo analisado, mas também todas as contribuições, de antes e de agora. Passou-se então à votação do pedido de retirada de pauta do EIA/RIMA do empreendimento em tela, para que sua discussão fosse adiada, que foi aprovado pelo quórum de vinte e sete (27) votos favoráveis, nenhum contrário, e três (3) abstenções, o que levou à seguinte decisão: “**Deliberação CONSEMA 10/2015. De 17 de junho de 2015. 331ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Adia apreciação de EIA-RIMA. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Adia, até que novo parecer técnico seja ofertado pela CETESB, a apreciação do EIA/RIMA das “Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos-CGR Araçatuba”, de responsabilidade de CGR Guatapará-Central de Gerenciamento de Resíduos Ltda., em Araçatuba (Proc. 067/2011)”.** O Presidente em Exercício declarou que a matéria só será pautada quando a CETESB enviar à Secretaria-Executiva do CONSEMA o novo Parecer Técnico. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo e Presidente do CONSEMA em exercício, lavrei e assino a presente ata.